

RESOLUÇÃO BACEN Nº 3.402

Dispõe sobre a prestação de serviços de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobranças de tarifas.

O BANCO CENTRAL DO BRASIL, na forma do art. 9º da Lei 4.595, de 31 de dezembro de 1964, torna público que o **CONSELHO MONETÁRIO NACIONAL**, em sessão extraordinária realizada em 05 de setembro de 2006, como base nos arts. 3º, inciso V, e 4º, incisos III e IX da referida Lei, **RESOLVEU**:

Art. 1º - A partir de 1º de Janeiro de 2007, as instituições financeiras, na prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares, ficam obrigadas a proceder aos respectivos créditos em nome dos beneficiários mediante utilização de contas não movimentáveis por cheques destinadas ao registro de controle de fluxo de recursos, às quais não se aplicam as disposições da **RESOLUÇÃO 2.025**, de 24 de novembro de 1993, com as alterações introduzidas pelas **RESOLUÇÕES 2.747**, de 28 de junho de 2000, e **2.953**, de 25 de abril de 2002, nem da **RESOLUÇÃO 3.211**, de 30 de junho de 2004.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a abertura das contas de registro de que trata este artigo tendo como titulares pessoas jurídicas.

Art. 2º - Na prestação de serviços nos termos do Art. 1º.

I – É vedado à instituição financeira contratada cobrar dos beneficiários, a qualquer título, tarifas destinadas ao ressarcimento pela realização dos serviços, devendo ser observadas, além das condições previstas nesta resolução, a legislação específica referente a cada espécie de pagamento e as demais normas aplicáveis;

II – A instituição financeira contratada deve assegurar a faculdade de transferência com disponibilidade no mesmo dia dos créditos para conta de depósitos de titularidade dos beneficiários, por eles livremente abertas na forma da **RESOLUÇÃO 2.025**, de 1993, e alterações posteriores da **RESOLUÇÃO 3.211**, de 2004, em outras Instituições Financeiras e demais Instituições autorizadas a funcionar pelo **BANCO CENTRAL DO BRASIL**.

§ 1º A vedação à cobrança de tarifas referida no inciso I aplica-se, inclusive, às operações de:

I – **Saques, totais ou parciais, dos créditos;**

II – **Transferências dos créditos para outras instituições, quando realizadas pelos beneficiários pelo valor total creditado, admitida a dedução de eventuais descontos com eles contratados para serem realizados nas contas de que trata o art. 1º, relativos a parcelas de operações de empréstimo, de financiamento ou de arrendamento mercantil.**

§ 2º Para efeito no disposto no caput, inciso II, a indicação da conta de depósitos a ser creditada deve ser objeto de comunicação pelo beneficiário à instituição financeira contratada, em caráter de instrução permanente, por escrito ou mediante utilização de meio eletrônico legalmente aceito como instrumento de relacionamento formal, observada a obrigatoriedade de aceitação pela instituição no prazo máximo de cinco dias úteis, contados da data do recebimento da referida comunicação.

§ 3º Fica dispensada a indicação referida no § 2º quando se tratar de beneficiário que, na data da entrada em vigor desta resolução, esteja no exercício do direito de utilização da faculdade ali prevista.

Art. 3º - Em se tratando de beneficiário titular de conta de depósitos, aberta por sua iniciativa na instituição financeira contratada, os créditos decorrentes do serviço de pagamento podem, a critério daquele, observadas as disposições dos arts. 1º e 2º §§ 2º e 3º, ser transferidos para essa conta, vedada a cobrança de tarifas do beneficiário pela realização dos referidos créditos.

Art. 4º - O instrumento contratual firmado entre a instituição e a entidade contratante para a prestação de serviços nos termos do **art. 1º** deve conter, entre outras, cláusulas estabelecendo:

I – As condições e os procedimentos para a efetivação dos pagamentos aos beneficiários;

II – A isenção de tarifa pelo eventual fornecimento de cartão magnético para os beneficiários, exceto nos casos estabelecidos pelo art. 1º, inciso II, da Resolução 2.303, de 25 de julho de 1996, com a redação dada pelo art. 2º da Resolução 2.747, de 2000;

III – A responsabilidade da entidade contratante quanto à identificação dos beneficiários, tendo em vista as pertinentes disposições legais e o cumprimento das finalidades contratuais;

IV – A responsabilidade da entidade contratante de informar à instituição financeira contratada a eventual exclusão do beneficiário de seus registros, tão logo seja efetuado o último pagamento relativo à sua anterior condição;

V – As condições de remuneração, por parte da entidade contratante à instituição financeira contratada observada o disposto no art. 2º, inciso I e § 1º.

PARÁGRAFO ÚNICO – A identificação dos beneficiários por parte da entidade contratante deve incluir, no mínimo, os respectivos números do documento de identidade e de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), vedada a utilização de nome abreviado ou de qualquer forma alterado, inclusive pela supressão de parte ou partes do nome do beneficiário.

Art. 5º - Nas contas de registro utilizadas pela instituição financeira contratada para o controle do fluxo de recursos referentes à prestação de serviços nos termos do **art. 1º** somente podem ser lançados, a crédito, valores originários da entidade contratante, em cumprimento ao objeto do instrumento contratual, vedado o acolhimento de créditos de outras origens.

§ 1º Após a efetivação do crédito por ordem da entidade contratante, os recursos somente podem ser movimentados pelo beneficiário.

§ 2º A partir da comunicação de exclusão do beneficiário, referida no **art. 4º, inciso IV**, não podem ser admitidos novos créditos na conta até então utilizada para o controle dos recursos a ele pagos.

Art. 6º - A instituição financeira contratada é responsável pela observância dos procedimentos relativos à prevenção e ao combate às atividades relacionadas com os crimes previstos na **Lei 9.613, de 03 de março de 1998**.

Art. 7º - Será regulamentada até 31 de dezembro de 2006, a aplicação do contido nos **arts. 1º a 5º** à prestação dos serviços de pagamento de que trata o **art. 1º** que seja objeto de convênios ou contratos firmados pelas instituições financeiras até 05 de setembro de 2006.

PARÁGRAFO ÚNICO – Aplica-se o contido nos arts. 1º a 5º aos casos de prorrogação, repactuação, renegociação ou qualquer outra alteração que ocorra, a partir de 06 de setembro de 2006, em convênios ou contratos referidos no caput.

Art. 8º - O Banco Central do Brasil fica autorizado a adotar medidas julgadas necessárias à operacionalização do disposto nesta **Resolução**.

Art. 9º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 10º - Fica revogada, a partir de 1º de Janeiro de 2007, a **RESOLUÇÃO 2.718, de 24 de abril de 2000**.

Brasília, 06 de setembro de 2006.

Henrique de Campos Meirelles

Presidente